

Arrecadação baixa limita estímulos a empresas

Com receitas abaixo do esperado no ano, governo deve ter dificuldade em atender pedidos do setor produtivo, como a reforma do PIS/Cofins

Lu Aiko Otta | BRASÍLIA

O prometido diálogo que a presidente Dilma Rousseff propôs reatar com os empresários a partir desta semana terá um forte limitador: o impacto de eventuais medidas de estímulo sobre as contas públicas. A arrecadação tributária tem ficado abaixo do esperado – falava-se em crescimento de 3,5% no ano, mas essa previsão já está, extraoficialmente, em menos de 1%. Essa frustração na receita contribuiu para o governo admitir que a meta fiscal (economia para o pagamento de juros da dívida) do ano não será cumprida.

Com esse cenário, haverá dificuldades em atender à grande maioria dos pedidos do setor produtivo. É o caso, por exemplo, da medida mais aguardada neste fim de ano, a reforma do

PIS/Cofins. “Como há impacto fiscal, essa medida tem de passar por uma avaliação política”, diz o secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto.

Ele explica que as inúmeras sugestões e pedidos do setor produtivo que reduzem a arrecadação dependem de decisões sobre o que terá prioridade. Está nesse grupo, por exemplo, um programa de renovação de máquinas que Dilma começou a discutir em meados deste ano, um regime especial de tributação para as confecções e também pedidos mais antigos, como o alongamento dos prazos de recolhimento dos tributos.

A reforma do PIS/Cofins traria ganhos para as empresas não só pela redução do tributo a pagar, mas também pela simplificação de procedimentos, desburocratização e aumento na segurança jurídica. Hoje, empresas e Receita gastam um tempo

enorme discutindo se um insucesso foi ou não utilizado na produção final. Se foi, a empresa tem direito a um crédito tributário. Se não foi, não tem crédito.

Só há dois países no mundo que usam esse sistema: Brasil e Haiti, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Os demais fazem do jeito fácil: tudo o que for comprado pela empresa gera crédito.

A proposta elaborada pelos técnicos adota esse procedimento. Além disso, o recolhimento

● Desburocratização “Tem muita coisa que dá para fazer (para reduzir custos às empresas) e que não tem impacto fiscal.”

Diego Bonomo
GERENTE EXECUTIVO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA CNI

mento dos dois tributos será unificado. Os inúmeros regimes especiais de PIS/Cofins, criados ao longo dos últimos anos para atender a setores específicos, serão mantidos.

O problema é o impacto fiscal da medida, que o secretário não revela. Mas, segundo informou dias atrás o ministro da Fazenda, Guido Mantega, é de R\$ 15 bilhões. A solução em estudo é adiar o impacto da mudança, provavelmente, para 2016.

Exportações. Enquanto as contas públicas não permitem novas “bondades”, resta adotar medidas na área de desburocratização e aperfeiçoamento regulatório. Há, também, iniciativas que podem ajudar a melhorar o comércio exterior.

Barreto diz que o governo fez uma pesquisa com grandes empresas para saber o que, no relacionamento delas com o Estado, consome mais tempo e energia. Elas disseram que perdem muito tempo prestando informações como recolhimentos das contribuições previdenciárias e do FGTS a diferentes instâncias. Essas obrigações estão em processo de fusão com a criação do “e-social”.

O governo também começa, aos poucos, a eliminar a burocracia no comércio exterior. Hoje, quem exporta precisa se relacionar com 27 órgãos públicos



Caixa. Para Barreto, elevar impostos não é a única saída

diferentes. O código de classificação da mercadoria na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) deve ser informado em 13 papéis e o CNPJ da empresa em 17 documentos. O governo começou a construir um portal único para receber essas informações de uma só vez. Mas esse programa será implantado aos poucos, até 2017.

No dia 10 de dezembro, o governo anunciará as oito primeiras empresas certificadas como Operador Econômico Autoriza-

do (OEA). Com esse carimbo, elas não terão o trânsito de suas mercadorias interrompido para conferência de documentos. Hoje, uma mercadoria gasta em média 12 dias em inspeções.

“Tem muita coisa que dá para fazer e que não tem impacto fiscal”, diz o gerente executivo de Comércio Exterior da CNI, Diego Bonomo. Ele cita, por exemplo, um acordo de 2010 que abre caminho para reduzir a parcela do comércio com o Mercosul, mas que não está em vigor.

Fazenda estuda medidas para elevar receitas

Enquanto o setor produtivo pressiona por medidas para aliviar a tributação, a equipe do Ministério da Fazenda analisa medidas na direção contrária: como elevar o ingresso de receitas nos cofres públicos, parte do ajuste das contas públicas em

2015. Não são descartadas medidas como a volta da cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) dos combustíveis e a elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Mas a alta dos impostos não é a principal aposta do secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, para melhorar a arrecadação. “Crescimento, fiscalização, desburocratização,

aumento da eficiência, isso tudo melhora a arrecadação”, disse ao Estado. “Não precisa aumentar a alíquota.” Barreto desconvensa, porém, quando questionado sobre a volta da Cide.

A contribuição foi zerada em 2012, como forma de anular, para o consumidor final, o efeito do reajuste aplicado à gasolina e ao diesel nas refinarias. Agora, espera-se uma alta no preço dos combustíveis e a volta do tribu-

to lidera as apostas nos bastidores. Em 2011, o último ano em que a Cide foi recolhida integralmente, rendeu R\$ 10,7 bilhões à Receita.

As alíquotas do IPI, diz o secretário, estão ajustadas. Isso é uma indicação de que não deverá subir. Ele admitiu, porém, que poderá haver “recomposição” dos cortes no tributo realizados a partir de 2009, para combater os efeitos da crise. O

Estado revelou na semana passada a pressão das montadoras, por exemplo, para manter a redução do tributo diante da queda nas vendas do setor. A alíquota de um modelo popular deverá subir dos atuais 3% para 7% a partir de 1º de janeiro.

A forma mais eficiente de aumentar as receitas, afirma o secretário, é o crescimento econômico. É, principalmente, por causa da atividade fraca que a arrecadação tem ficado abaixo do esperado e poderá encerrar o ano praticamente empatada, em termos reais, com 2013.

Paralelamente, a Receita trabalha em programas para melhorar a eficiência da arrecadação. A ênfase, diz Barreto, está em mecanismos que permitam ao contribuinte regularizar voluntariamente sua situação. O Fisco também pretende fortalecer a fiscalização. Em 2015, haverá atenção especial às transações de empresas brasileiras com o exterior.

Esses planos dificilmente mudarão, mesmo com a troca no comando do Ministério da Fazenda. O próprio Barreto não sabe se seguirá no cargo. /L.A.O.

ANO XXI - Nº 235 - Segunda-Feira, 03 de Novembro de 2014

Boletim Semanal Sciesp

Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo

Presidente : Alexandre Tirelli

Produção Gráfica: Publicidade Archote

www.sicsp.org.br

Sede Capital

Rua Pamplona, 1200 - Jd. Paulista - São Paulo / SP - 01405-906

11 3889-6299 - Capital e Grande São Paulo - 0800 17 6817 Demais Localidades

72º aniversário do sindicato dos corretores de imóveis

No mês de Outubro o Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo completou 72 Anos da outorga de sua patente sindical expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, reconhecendo o Sciesp como entidade representativa da categoria dos corretores de imóveis, desde 03 de outubro de 1942.

O Sindicato comemorou a data com bastante trabalho, destacando as atividades no mês de outubro a realização da Reunião Plenária de Diretoria, com a presença dos representantes da entidade, debatendo temas relevantes para a categoria, assuntos inerentes à administração da Entidade, bem como, atualização dos projetos que estão em andamento.

Ainda no mês de aniversário do Sciesp houve destaque ao “Dia dos Professores”, em evento que reuniu todo o corpo docente que atua na escola técnica Ebrae e na UNISciesp, ambas mantidas pelo Sciesp, em reconhecimento ao esforço e dedicação destes profissionais que tanto auxiliam no desenvolvimento das competências necessárias ao dia a dia dos corretores de imóveis.

O mês também ficou evidenciado pela formatura de mais uma turma do curso Técnico em Transações Imobiliárias, da escola técnica EBRAE, onde os participantes puderam diante de seus pares, familiares e amigos celebrar o cumprimento de mais uma etapa rumo ao sucesso profissional, representando um dos principais objetivos da entidade em investir na educação profissional como elemento transformador da categoria.

No encerramento do período a Sessão Solene de outorga da medalha “O Conciliador” - 2014, foi realizada no último dia 29, no Tribunal de Justiça de São Paulo, com a outorga da mais alta comenda concedida pelo Sindicato, sendo homenageado o Presidente do TJSP, Des. José Renato Nalini, em reconhecimento a sua destacada conduta ética, ao empenho e dedicação na condução das atividades do Tribunal de Justiça, ao espírito de liderança e à visão empreendedorista do magistrado.

O evento contou com a participação dos Diretores do Sciesp e dos agraciados com a comenda em edições anteriores, Romeu Chap Chap, Alencar Burti,

Álvaro Batista Camilo, Des. Antônio Carlos Mathias Coltro, Prof. Paulo Nathanael Pereira de Souza, Eng. Francisco Regis Nara Peres, José Maria Chapina Alcazar e Pedro Atilio Cesarino.



Orlando Almeida, detentor da laurea na edição de 2007 e, atual Presidente do Conselho Consultivo do Sciesp, fez a acolhida do homenageado que tomou merecido lugar na galeria da comenda, destacando suas origens e dando ênfase a sua trajetória profissional na área jurídica.

O ponto alto do evento foi a entrega da medalha ao Des. Dr. José Renato Nalini pela Comissão do Mérito composta pelo Chanceler e Presidente do Sciesp, Alexandre Tirelli, pelo patrono da comenda, Odil de Sá, e pelos demais presentes na sessão.



E foi com muita emoção que o homenageado agradeceu a oportunidade de seu nome ter sido escolhido entre tantas pessoas para receber a honraria, acrescentando que se sentia muito honrado e feliz em poder compartilhar este momento com seus pares e, ainda que realmente é uma honra estar no rol de medalhistas tão importantes quanto os que lhe prestigiavam naquela sessão de outorga, encerrando seu discurso com palavras sinceras de agradecimento a categoria dos corretores de imóveis em nome de todos os presentes.

Responsabilidade social

O programa Corretor Cidadão conchama todos para a participação na arrecadação de material de limpeza e higiene pessoal, que serão distribuídos a Casa dos Velhinhos de Ondina Lobo.

A instituição, parceira do Sciesp, possui atestado de utilidade pública federal, pelos serviços prestados à sociedade. A “Casa” como é conhecida o abrigo atende atualmente aproximadamente uma centena de idosos entre homens e mulheres e possui excelente infraestrutura com atendimento odontológico, ambulatório médico, áreas ocupacionais com oficinas para a realização de trabalhos manuais e áreas de lazer e integração social com milhares de metros quadrados de área verde.

A participação da categoria dos corretores de imóveis é muito importante, para que esse projeto continue a ter sucesso. Faça parte, mobilize seus familiares e amigos! Traga suas doações nos postos de arrecadação do Sindicato.



COMUNICADO IMPORTANTE

Os Corretores de Imóveis devem estar em dia com as obrigações destinadas à entidade sindical, seja por força da legislação (contribuição sindical), ou ainda, aos associados, àquelas destinadas pelas assembleias gerais. Fique atento às suas obrigações junto ao Sindicato, o não recolhimento acarretará sanções previstas em lei, bem como a eliminação do quadro associativo. Caso isso aconteça, os profissionais deixarão de desfrutar dos inúmeros benefícios oferecidos pela entidade. Para mais informações ligue: (0XX11) 3889 5899 ou no e-mail juridico@sciesp.org.br.

Governo pretende seguir com política de ‘bondades’

Mesmo diante de uma das piores crises já enfrentadas pela indústria brasileira, o governo não tem planos de mudar a rota adotada até agora. A ordem é manter e ampliar os programas em vigor, com foco no aumento

da produtividade. A avaliação na equipe da presidente Dilma Rousseff é que o mau desempenho do setor é fruto da crise internacional e que, se não fossem os estímulos adotados a partir de 2008, a situação estaria pior.

Esse foi um dos principais pontos de embate entre as propostas de Dilma e do candidato tucano Aécio Neves durante a campanha presidencial. A oposição dizia que não havia funcionado a estratégia do governo do PT de concessão de créditos subsidiados a grandes empresas e um volume elevado de desonerações tributárias. Os petistas acusavam os tucanos de serem contra qualquer tipo de política industrial.

A política industrial do segun-

do mandato de Dilma deverá ser organizada em torno de três eixos: mais investimentos, melhora na educação e mais ganhos de escala. Os mecanismos deverão ser os mesmos, mas a equipe pretende melhorar a governança.

Falta ainda implantar pontos da política industrial do atual governo, parte do Plano Brasil Maior, lançado em 2011. É o caso da criação do Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX) e do Fundo Garantidor de Crédito à Exportação (FGCE). Além disso, neste ano faltou dinheiro para a principal linha de financiamento à exportação e equalização de taxas de juros, o Proexc.

Duramente criticado pelos tucanos, o Programa de Sustentação de Investimentos (PSI), que prevê crédito do BNDES a juros baixos, deverá prosseguir em 2015. No entanto, as regras ainda não foram definidas.

Outro ponto de atrito na campanha foi o programa que permite ao governo comprar preferencialmente produtos nacionais. A equipe de Aécio previa uma revisão dessa linha. A equipe de Dilma, porém, pretende garantir que ela seja aplicada a todos os produtos – e não só a alguns, como fármacos e equipamentos de tecnologias da informação, como é hoje. /L.A.O.

ECOURBIS AMBIENTAL S/A, torna público que requereu na CETESB a Licença de Instalação para a Estação de Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde - ETRSS, sito à Rua Ioneji Matsubayashi, 345 - Colônia - CEP: 08260-050 São Paulo/SP.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE DRAÇENA	
CNPJ 64.615.404/0001-72	
Demonstração Sintética da Proposta Orçamentária para 2015	
	Valores em reais
	2015 %
Receita Tributária	270.000 14,6
Receitas Extraordinárias	360.000 19,5
Receitas Confederativas	998.000 54,0
Outras Receitas	30.000 1,6
Receitas Patrimoniais	190.000 10,3
Total do Custeio	1.848.000 100,0
Mobilizac. de Capitais	20.000
Total das Receitas	1.868.000
Desps. Administração Geral	(895.000) 54,3
Desps. Contrib. Regulament. (100.000) 6,1	
Desps. Assist. Social (860.000) 21,8	
Desps. c/Outros Serv. Sociais (160.000) 9,7	
Desps. c/Assist. Técnica (98.000) 5,9	
Desps. Extraordinárias (35.000) 2,1	
Result. das Despesas	(1.648.000) 100,0
Aplicação de Capitais	(20.000)
Total Geral	1.868.000
Aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24/10/2014	
Sérgio Manoel	
CPF 033.657.248-42 - Presidente	
Fábio Rodrigues de Campos	
CPF 543.809.529-00 - Tesoureiro	
Verônica Rodrigues Guerra	
CRC ISP 212979/O-1 - Contadora	

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO
EDITAL Nº 01/2014

O Presidente do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, tendo em vista o que consta do artigo 46, parágrafo único, do Regimento Eleitoral - Resolução CFO-80/2007, CONVOCA para os dias 06 e 07 de fevereiro de 2015, a eleição para a renovação da composição do CROSP. Até às 17:00 horas do dia 07 de janeiro serão recebidos, pela Secretária, os requerimentos de inscrição de Chapas. O edital completo encontra-se afixado na sede do CRO e disponível no website do CROSP.

São Paulo, 31 de outubro de 2014. Claudio Yukio Miyake - Presidente.

GRECA TRANSPORTES DE CARGAS LTDA torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação Nº 57001542, válida até 25/10/2019, para TRANSPORTE TERRESTRE E POSTO DE ABASTECIMENTO à ESTRADA MARTINS GUIMARAES, 900, JARDIM SÃO JORGE, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

5.º Oficial de Registro de Imóveis
Sérgio Jacomino, Registrador
Rua Marquês de Paranaguá, 359 - Consolação - São Paulo - CEP: 01303-050
Telefone: (11) 3123-2555 - Fax: (11) 3256-8161
E-mail: sergiojacomino@gmail.com

5.º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Capital do Estado de São Paulo

Sérgio Jacomino, Oficial Registrador da 5.ª Circunscrição Imobiliária desta Capital, instalada na Rua Marquês de Paranaguá, n. 359, com atendimento ao público de segundas às sextas-feiras (dias) das 9:00h às 16:00h, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no inciso II, parágrafo 2.º, do artigo 213 da Lei n. 8.015/73, com a redação que lhe foi dada pela Lei n. 10.931/2004 e ainda sub-tem 138.12, Capítulo XX, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, vem, através da presente, **DAR CONHECIMENTO** a **ANTONIO ALESSANDER DOGAS**, brasileiro, solteiro, menor púber, RG 16.775.614-SSP/SP, CPF 146.314.658-24, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Baía, n. 88, 2.º andar, proprietário da casa e seu respectivo terreno, situado na Rua Dr. Cesário Mota Junior, n. 533, objeto da Matrícula n. 43.154 do 5.º Registro de Imóveis desta Capital, confrontante do imóvel retificando, ou ainda, eventuais sucessores deste, tudo nos termos da legislação em vigor, para, em desajando manifestar-se (expressa e fundamentadamente, com firma reconhecida), no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, diretamente perante este Registro de Imóveis, acerca do **PEDIDO DE RETIFICAÇÃO**, prenotado sob n. 278.419, em 22/07/2014, requerido por **MITRE REALTY EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, dos seguintes imóveis retificando: 1) Prédio e respectivo terreno situado à Rua Cunha Horta, n. 67, no 7.º Subdistrito - Consolação, Matriculado sob n. 90.664; 2) Prédio e respectivo terreno situado à Rua Cunha Horta, n. 47, no 7.º Subdistrito - Consolação. Matriculado sob n. 90.523; e 3) Dois prédios assobradados e respectivo terreno situado à Rua Cunha Horta, n. 61/59/57, no 7.º Subdistrito - Consolação. Matriculado sob n. 85.515, no 7.º Subdistrito Consolação, a ser procedida de acordo com o memorial descritivo e planta do levantamento apresentados e que encontram-se à disposição para consulta do interessado retro nomeado. São Paulo, 29 de outubro de 2014.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE LOGÍSTICA, EMPRESAS TRANSPORTADORAS DE CARGAS SECAS E MOLHADAS, BEM COMO, MOTORISTAS, AJUDANTES DE MOTORISTAS, E OPERADORES DE EMPILHADORES QUE PRESTAM SERVIÇO NO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, DISTRIBUIDORAS DE GÁS, ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS DAS CIDADES DE JUNDIAÍ, CAMPO LIMPO PAULISTA, VARZEA PAULISTA, JARINU, FRANCO MORATO, FRANCO DA ROCHA, CAIEIRAS, VINHEDO, LOUVEIRA, ITUPEVA, ITATIBA, E MORUNGABA, pelo presente edital, nos termos do Estatuto Social em vigor e Regimento Eleitoral, faz saber, que ficam convocadas as eleições para renovação da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto à Federação, a realizar-se em primeiro escrutínio das 08h00min do dia 08 de dezembro/2014 às 17h00min de 08 de dezembro/2014, com 01 (uma) urna fixa na Sede do Sindicato, na Rua do Retiro, nº 177, sala 02, Bairro Vila Virgínia, Jundiá-SP e demais urnas itinerantes nas cidades abrangidas pela base territorial representada pelo Sindicato. O registro de chapas, poderá ser realizado, junto à secretária desta Entidade, no horário das 08h00min às 16h00min, no período de 3 (três) dias, a contar da publicação deste aviso, cujo edital de inteiro teor encontra-se afixado na Sede desta Entidade.

Jundiá - SP - 03/11/2014

Reinaldo Dias Rabelo - Presidente